GOLDEN ASSETS
Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. ("Golden Assets"), as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

Macroeconomia

No ano de 2014, o crescimento económico global ficou aquém das expetativas iniciais o que obrigou o FMI e outras entidades a rever em baixa e de forma consecutiva as estimativas ao longo do ano. Os EUA e o Reino Unido terão sido as economias com maior crescimento entre os países do G20, com taxas de crescimento superiores a 2.5% e este contexto permitiu que a Reserva Federal norte-americana (FED) pusesse termo ao seu programa de expansão monetária em Outubro. O FED mantém contudo as taxas de juro próximas de 0% e portanto uma política monetária extremamente expansiva assegurando que apenas alterará o *status quo* quando a taxa de inflação começar a mostrar sinais de uma subida sustentada e a folga no mercado de trabalho desaparecer. Já o Banco Central Europeu (BCE) reduziu em Junho as suas principais taxas diretoras e anunciou medidas adicionais de cedência de liquidez ao sistema bancário. Estas iniciativas visavam fomentar o crédito à economia e responder às pressões deflacionistas, mas acabaram por se revelar insuficientes e o crescimento económico na zona euro permaneceu anémico e a retoma sustentada continuou a ser uma miragem. O crescimento PIB na zona euro ficou abaixo de 1.0% e a taxa de inflação caiu para próximo de zero (0.5%) reavivando o fantasma da deflação.

NIPC/C.R.C. PORTO 502 538 430 • CAPITAL SOCIAL 500.000 EURO

Mercados Financeiros

Esta situação macroeconómica acabou por ser espelhada na performance dos mercados financeiros. Assim, os mercados acionistas avançaram para valores máximos históricos nos EUA (o índice S&P 500 registou o seu fecho máximo histórico a 29 de Dezembro acima dos 2.090 pontos e fechou o ano com uma valorização de 11%) enquanto os seus congéneres Europeus registaram desempenhos muito menos interessantes (+1.2% no Eurostoxx 50) ou mesmo em alguns casos extremamente negativos. Destaque para o PSI20, que com uma perda de 26.8% apenas ficou atrás da Rússia (-42.4%) e da Grécia (-28.5%) no ranking dos índices com pior desempenho a nível mundial. No início do ano existia grande otimismo em torno das ações portuguesas e efetivamente no 1º trimestre o PSI20 registou um ganho de 16%. No entanto, tudo se alteraria primeiro com o agravar das tensões entre a UE e a Rússia devido à Ucrânia e um regresso do fantasma da estagnação económica na zona euro e, posteriormente, com o estrondoso colapso do Grupo Espírito Santo e consequentemente do próprio BES.

Em claro contraste com a evolução dos mercados acionistas, os custos de financiamento de Espanha, Itália e Portugal desceram para valores mínimos históricos. As yields das OT nacionais a 10 anos fecharam nos 2,69% (uma descida de cerca de 3 pontos percentuais no ano) e o índice de dívida pública portuguesa registou a melhor performance com um ganho de 22.7%. Este desempenho ficou em grande parte a dever-se à estratégia de comunicação do BCE que tem vindo a sinalizar a possibilidade de o banco central avançar para um programa de compra de dívida soberana. A efetiva capacidade do BCE para implementar um *quantitative easing* na Europa, algo que sempre foi muito contestado pela Alemanha, será aliás uma das principais situações a monitorizar em 2015. As duas reuniões do BCE no primeiro trimestre do ano realizam-se a 22 de Janeiro (apenas 3 dias antes das eleições na Grécia) e a 5 de Março. Em termos de performance da dívida a exceção acabou mesmo por ser a Grécia cujas *yields* se mantiveram próximas dos 10% em virtude da crise política e do risco de uma nova reestruturação de dívida.

Nos mercados cambiais a trajetória de apreciação do dólar americano foi avassaladora. Efetivamente o USD foi a divisa mais forte entre as moedas principais apreciando-se 18.5% contra a Coroa Norueguesa, 17.5% contra a Coroa Sueca e 12% contra o Iene. Já contra o Euro a moeda norte americana apreciou-se mais de 12%, encerrando o ano nos 1.214, o que constitui o valor mais baixo desde meados de 2012.

NIPC/C.R.C. PORTO 502 538 430 • CAPITAL SOCIAL 500.000 EURO

Igualmente impressionante, mas pela negativa, foi a evolução dos preços do petróleo nos mercados internacionais durante o segundo semestre do ano. Depois de em Junho esta importante matéria-prima atingir nos mercados internacionais máximos relativos recentes cotando acima dos 100 USD, o petróleo entrou numa trajetória de correção violenta tendo terminado o ano próximo dos 50 USD. Esta queda veio acentuar as pressões deflacionistas na zona euro e veio principalmente criar uma forte pressão sobre alguns dos países cujas contas públicas e contas externas estão mais dependentes das receitas desta matéria-prima como a Venezuela, a Rússia, o Irão ou Angola. Sob enorme pressão ficaram igualmente as empresas que realizaram no passado recente grandes investimentos em novas explorações que, aos preços atuais, dificilmente serão economicamente viáveis, como a Petrobras e diversas empresas de média dimensão que apostaram na exploração de fontes não convencionais de petróleo como o *shale oil* na América do Norte.

Para os mercados, 2015 promete ser desafiante. Teremos eleições importantes na Europa (as já referidas na Grécia, mas também em Espanha, Reino Unido, Portugal, Finlândia e Suécia), com os partidos anti união Europeia a ganhar força e o regresso da ameaça de saída da Grécia da Zona Euro. Já na primeira reunião de 2015 o BCE anunciou que irá finalmente avançar com a implementação de um *quantitative easing* na Zona Euro mas a capacidade de implementação e os efeitos práticos do programa são ainda uma enorme incógnita. Paralelamente a queda dos preços do petróleo nos mercados internacionais poderá trazer ameaças de instabilidade interna nos países mais dependentes das receitas das exportações desta *commodity* e conduzir a falências / agravamento do risco de crédito nas empresas do sector da energia.

ATIVIDADE

A atividade da Golden Assets desenvolveu-se durante o ano de 2014 de forma globalmente positiva e concretizando as perspetivas assumidas no ano anterior. Desde logo, merece realce a expansão dos serviços de aconselhamento financeiro ("*advising*"), embora num ambiente de maior concorrência e já em execução da estratégia de crescimento específica definida.

O crescimento efetuou-se em número de clientes e de valores sob gestão, sendo uma área de negócio destinada a assumir cada vez maior preponderância.

Também a gestão de patrimónios na vertente de gestão discricionária e/ou partilhada teve um comportamento positivo, ainda que de menor dimensão do que a vertente de aconselhamento financeiro.

Em desenvolvimento da estratégia de crescimento mencionada, foi feito um investimento significativo no alargamento da rede comercial, procurando selecionar colaboradores com um perfil de elevada competência e capacidade de angariação de clientes, tendo a equipa sido reforçada em 2014 com 5 novas pessoas. Neste enquadramento, os custos com o pessoal sofreram naturalmente um agravamento, bem como os outros custos associados; de realçar igualmente que os custos totais continuaram a ser afetados pela necessidade de reconhecer em 2014 a parte final do esforço financeiro resultante do investimento com a aquisição da marca "Foco – Family office consulting", efeito este já mencionado no Relatório do ano passado, e que se assim se concluiu.

No que concerne aos valores sob gestão, o volume total da carteira de clientes (englobando o aconselhamento financeira) aumentou relativamente a 2013, de 689.960.126 euros para 737.582.944 euros, o que traduz um incremento de 7%. No que concerne as comissões cobradas, o valor foi de 3.996.561€, superior ao verificado em 2013 em 6% (3.766.480€), aumento este que traduz a inversão da tendência do ano passado. No que concerne a análise dos custos, a sua desagregação revela que a parcela relativa ao Pessoal aumentou em 85% e a parcela relativa a Gastos Gerais e Administrativos em 11%, aumentos estes em grande parte derivados, respetivamente do aumento de colaboradores anteriormente descrito, e dos encargos com as instalações de Lisboa abertas em finais de 2013. Por sua vez, o produto bancário aumentou em cerca de 39% comparativamente ao ano anterior, fruto de uma política comercial mais restritiva nos custos associados à angariação de clientes. Decorrente do exposto, a Golden Assets, obteve em 2014 resultados similares aos verificados em 2013, ou seja, um resultado líquido positivo de 7.628,37 €. Não tendo havido alterações no capital social, este valor implica um resultado por ação de oito cêntimos.

Saliente-se que a Golden Assets continua a exibir uma estrutura financeira sólida. Nos termos da regulamentação aplicável, à data de 31 de dezembro de 2014 os requisitos de fundos próprios mínimos da Golden Assets eram de 464.146€ (correspondentes a um quarto das despesas gerais fixas, conforme previsto no artigo 11° do Decreto-Lei n° 103/2007), sendo que o nível de fundos próprios apurados foi de 1.793.258€, o que implica um excesso de fundos próprios de 1.329.112€

NIPC/C.R.C. PORTO 502 538 430 • CAPITAL SOCIAL 500.000 EURO

e um rácio de solvabilidade de 30,9%. Deste modo, a Golden Assets terminou o ano de 2014 com o nível de solvabilidade muito superior ao mínimo exigido pelo Banco de Portugal (8%).

No que toca ao *compliance* e controlo de risco, esta importante função corresponde a uma área orgânica específica, sendo que a respetiva equipa exerce as suas atividades de modo independente, garantindo-se deste modo a autonomia funcional e a prevenção de conflitos de interesses tal como é exigido pelas disposições legais aplicáveis. Durante o ano de 2014 continuou-se a política de desenvolvimento, implementação e reforço de sistemas e procedimentos de controlo da atividade levada a cabo pela sociedade, de modo a garantir a adequação desses procedimentos não só às disposições legais vigentes, como também às exigências de controlo ditadas por uma política de reforço da qualidade e da sustentabilidade das estruturas (técnicas e humanas) da sociedade.

A este nível a sociedade manteve a sua postura de prudência e de gestão adequada de riscos, com especial destaque para a intransigente salvaguarda do património dos clientes, através do cumprimento pontual da regra da segregação patrimonial. Igualmente deu-se continuidade ao estabelecimento de procedimentos de definição, mensuração e controlo dos riscos de atividade em que incorre a sociedade, em especial do risco operacional.

Conexa com a atividade de *compliance* e com a formação contínua e atualizada dos colaboradores, refira-se que em 2014 a sociedade promoveu diversas ações de formação interna e externa sobre a prevenção do BC-FT (Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo).

ÓRGÃOS SOCIAIS

Durante o ano de 2014 procedeu-se a uma alteração do Conselho de Administração, com a entrada de um novo Presidente do Conselho de Administração, mas permanecendo a equipa anterior, tendo o anterior PCA assumido as funções de Administrador. Em 31 de dezembro de 2014, coincidindo com o término do mandato, cessou funções o Administrador, Alexandre Miguel Canelas Sampaio Mota, sendo de manifestar o agradecimento pelo tempo em que colaborou com a Golden Assets. Em 2 de janeiro de 2015, realizou-se uma Assembleia Geral que reconduziu, por unanimidade, os

NIPC/C.R.C. PORTO 502 538 430 • CAPITAL SOCIAL 500.000 EURO

membros dos órgãos sociais para o triénio 2015-2017, a nível do Conselho de Administração, do Fiscal Único e da Mesa da Assembleia Geral.

PERSPETIVAS

2015 é o começo de uma nova fase da Golden Assets.
Representará o ano em que iniciamos uma nova jornada com os nossos clientes, com a prestação de um novo serviço: o Golden Future, financial advising.
São evidentes as exigências dos clientes investidores de hoje: mais transparência, clareza na informação, alinhamento ao seu perfil de investidor e objetivos e identificação correta dos riscos a que qualquer investidor está, naturalmente exposto.
Foi com base nessas exigências que a Golden Assets entendeu reposicionar a sua oferta e forma de estar junto dos seus clientes, em concordância com as elevadas expetativas dos clientes e dos reguladores: Banco de Portugal e CMVM
O know-how da sua equipa de especialistas (com competências de formação reconhecidas internacionalmente), o seu sólido crescimento dos últimos 15 anos e, acima de tudo, a sua independência, são os pilares que sustentam uma capacidade de aconselhamento de alta qualidade por parte da Golden Assets e que fortaleceram a decisão deste novo posicionamento.

O serviço Golden Future pretende contribuir para que os investidores assumam, nas suas decisões de investimento, maior consciência, planeamento (e não apenas necessidades de curto-prazo), maior segurança e, acima de tudo, proteção do seu património para o futuro.

A implementação do Golden Future decorrerá num ciclo temporal alargado de cerca de 3 anos, em que grande parte do investimento terá lugar durante o corrente ano.

Este representa um projeto que se acredita único e distintivo em Portugal. Por isso, o Conselho de Administração, contando com o apoio dos acionistas e o dinamismo dos colaboradores da Golden Assets, está convicto que a implementação do Golden Future irá sedimentar a Golden Assets como uma instituição relevante na atividade financeira em Portugal, consagrando-a em especial como a maior, ou uma das maiores, sociedade independente de gestão de patrimónios.

NIPC/C.R.C. PORTO 502 538 430 • CAPITAL SOCIAL 500.000 EURO

GOLDEN
ASSETS
Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe a transferência do resultado líquido positivo, no montante de 7.628,37 € da seguinte forma:

- Reserva legal (10%): 762,84€
- Resultados transitados: 6.865,53€

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:
Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram,
Às instituições financeiras que nos apoiaram,
Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,
A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuíram para o desenvolvimento da atividade,
Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 20 de março de 2015

O Conselho de Administração

António José Nunes da Silva
Presidente

NIPC/C.R.C. PORTO 502 538 430 • CAPITAL SOCIAL 500.000 EURO

GOLDEN
ASSETS
Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

João Carlos de Magalhães Correia de Matos
Vogal

Sérgio Ferreira da Silva
Vogal

NIPC/C.R.C. PORTO 502 538 430 • CAPITAL SOCIAL 500.000 EURO

GOLDEN
ASSETS
Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não são titulares de quaisquer ações da sociedade e que não efetuaram qualquer transação durante o exercício de 2014.

2. Para efeitos e nos termos do disposto no número quatro do Art. 448º do código das sociedade comerciais, à data de encerramento do exercício de 2014, é a seguinte a posição acionista:

ACIONISTA	N.º AÇÕES	% PARTICIPAÇÃO
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	53.200	53,20%
Joaquim Pedro Almeida da Costa	10.100	10,10%

AV. DA BOAVISTA, 2427/29 • 4100-135 PORTO • TEL.: 22 619 73 80 • FAX 22 619 73 89 • INTERNET: WWW.GOLDENASSETS.COM • EMAIL: GOLDEN.ASSETS@GOLDENASSETS.COM

NIPC/C.R.C. PORTO 502 538 430 • CAPITAL SOCIAL 500.000 EURO

AV. DA BOAVISTA, 2427/29 • 4100-135 PORTO • TEL.: 22 619 73 80 • FAX 22 619 73 89 • INTERNET: WWW.GOLDENASSETS.COM • EMAIL: GOLDEN.ASSETS@GOLDENASSETS.COM

GOLDEN ASSETS
Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2014 Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	2014 Provisões, imparidades e amortizações	2014 Activo líquido	2013 Activo líquido
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		1 811	-	1 811	1 252
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	122 491	-	122 491	242 732
Aplicações em instituições de crédito	3	150 000	-	150 000	162 705
Activos financeiros disponíveis para venda	4	54 668	-	54 668	49 828
Outros activos tangíveis	5	846 084	(471 447)	374 637	396 171
Activos intangíveis	5	62 571	(62 571)	-	-
Activos por impostos correntes	6	9 615	-	9 615	88 980
Outros activos	7	1 708 095	-	1 708 095	1 653 128
Total do Activo		2 955 334	(534 018)	2 421 316	2 594 795
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS					
Responsabilidades por prestação de serviços	21			545 971 636	528 630 520
Compromissos	21			43 165	52 330

	Notas	2014	2013
PASSIVO			
Passivos por impostos correntes	6	36 280	33 732
Outros passivos	7	591 778	780 274
Total do Passivo		628 059	814 006
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	8	500 000	500 000
Outros instrumentos de capital	9	125 000	125 000
Reservas de reavaliação de justo valor	10	2 110	(2 730)
Outras reservas e resultados transitados	10	1 158 519	1 148 178
Resultado do exercício		7 628	10 341
Total dos Capitais Próprios		1 793 258	1 780 789
Total do Passivo e dos Capitais Próprios		2 421 316	2 594 795

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

GOLDEN ASSETS
Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2014	2013
Juros e rendimentos similares		6 813	19 353
Juros e encargos similares		-	(291)
Margem financeira		6 813	19 062
Rendimentos de serviços e comissões	11 e 12	3 996 561	3 766 480
Encargos com serviços e comissões	13	(2 195 522)	(2 478 268)
Resultados de reavaliação cambial		42 649	8 246
Outros resultados de exploração	17	99 927	87 043
Produto bancário		1 950 429	1 402 563
Custos com o pessoal	14 e 15	(999 041)	(541 196)
Gastos gerais e administrativos	16	(857 543)	(769 555)
Amortizações do exercício	5	(49 936)	(47 739)
Resultado antes de impostos		43 909	44 073
Impostos			
Correntes	6	(36 280)	(33 732)
Resultado do exercício		7 628	10 341
Resultados por acção			
Básico	19	0,08	0,10
Diluído	19	0,08	0,10

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

NIPC/C.R.C. PORTO 502 538 430 • CAPITAL SOCIAL 500.000 EURO

GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2014	2013
Resultado líquido do exercício		7 628	10 341
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda	4	4 840	614
Total do rendimento integral do exercício		12 468	10 955

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

NIPC/C.R.C. PORTO 502 538 430 • CAPITAL SOCIAL 500.000 EURO

AV. DA BOAVISTA, 2427/29 • 4100-135 PORTO • TEL.: 22 619 73 80 • FAX 22 619 73 89 • INTERNET: WWW.GOLDENASSETS.COM • EMAIL: GOLDENASSETS@GOLDENASSETS.COM

GOLDEN ASSETS
Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
Saldo em 1 de Janeiro de 2013		500 000	125 000	(3 344)	907 745	240 433	1 769 835
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda		-	-	614	-	-	614
Aplicação do resultado do exercício de 2012:							
Transferência para outras reservas e resultados transitados		-	-	-	240 433	(240 433)	-
Resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013		-	-	-	-	10 341	10 341
Saldo em 31 de Dezembro de 2013		500 000	125 000	(2 730)	1 148 178	10 341	1 780 789
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda	4 e 10	-	-	4 840	-	-	4 840
Aplicação do resultado do exercício de 2013:							
Transferência para outras reservas e resultados transitados	10	-	-	-	10 341	(10 341)	-
Resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014		-	-	-	-	7 628	7 628
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		500 000	125 000	2 110	1 158 519	7 628	1 793 258

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

GOLDEN ASSETS
Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	2014	2013
Actividades Operacionais:		
Juros e rendimentos recebidos	3 602 712	3 427 793
Juros e encargos similares pagos	(2 697 946)	(2 797 205)
Pagamentos ao pessoal	(951 041)	(554 373)
Recebimentos / (Pagamentos) de impostos	45 633	(103 425)
Fluxo das operações bancárias	15 994	17 594
Outros recebimentos e (pagamentos) de exploração	(493 313)	(284 066)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	(477 960)	(293 683)
Diminuições (aumentos) em:		
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1 573
Aplicações em instituições de crédito	12 705	637 295
Outros activos	345 694	(175 478)
Fluxo líquido provenientes dos activos operacionais	358 400	463 390
Aumentos (diminuições) em:		
Outros passivos	24 189	(3 681)
Fluxo líquido provenientes dos passivos operacionais	24 189	(3 681)
Fluxos das actividades operacionais (1)	(95 371)	166 026
Actividades de Investimento:		
Diminuições (aumentos) de outros activos tangíveis	(24 311)	(12 073)
Diminuições (aumentos) de activos intangíveis	-	-
Fluxos das actividades de investimento (2)	(24 311)	(12 073)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(119 682)	153 953
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	243 984	90 032
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	124 302	243 984

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

NIPC/C.R.C. PORTO 502 538 430 • CAPITAL SOCIAL 500.000 EURO

GOLDEN ASSETS – SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS. S.A.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2014 e 2014, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2014	2013
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.811	1.252
Disponibilidades em outras instituições de crédito	122.491	242.732
Caixa e seus equivalentes	124.302	243.984
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	150.000	162.705
Disponibilidades constantes do balanço	274.302	406.689

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 as aplicações da Sociedade em instituições de crédito não foram consideradas como parte integrante dos componentes de caixa e seus equivalentes pelo facto do prazo do seu vencimento ser superior a três meses e não haver intenção, por parte do Conselho de Administração, de proceder ao seu resgate antecipado.

NOTA INTRODUTÓRIA

A GOLDEN ASSETS – SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A. (adiante designada por "GOLDEN ASSETS" ou "Sociedade") foi constituída em 21 de março de 1991, sob a forma de sociedade anónima, tendo por objeto social a administração de valores mobiliários propriedade de terceiros e a prestação de serviços de consultoria de investimentos. A Sociedade tem a sua sede social na Avenida da Boavista, n.º 2427/29, no Porto.

Nos termos da legislação em vigor, a atividade da Sociedade encontra-se sob supervisão do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA"), estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e n.º 18/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As Normas de Contabilidade Ajustadas correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. As diferenças entre os dois normativos não têm impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade, em 31 de dezembro de 2014.

Durante o exercício de 2014, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Commitee" (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

As normas (novas ou revistas) e interpretações, aplicáveis à atividade do Grupo Golden e refletidas nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2014, foram as seguintes:

- IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (alteração): esta norma foi revista para restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.

- IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (alteração): foram introduzidas alterações a esta norma para garantir a consistência com as novas normas adotadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.

- IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (alteração): a revisão desta norma clarifica determinados aspetos relativos à diversidade na aplicação dos requisitos de compensação. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.

- IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas: esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, nesta matéria, a IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que se refere à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.

- IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades: esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos,

associadas e entidades não consolidadas. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.

O efeito nas demonstrações financeiras da Empresa do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela Empresa em 31 de dezembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NCA's, o Conselho de Administração da Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuado através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

i) Ativos financeiros

i.1) Contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

i.2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica "Reservas de reavaliação de justo valor", exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na "Reserva de reavaliação de justo valor" é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros detidos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

b) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento:	
Mobiliário	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Equipamento de transmissão	3
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	5

O património artístico não é objeto de amortização. São obtidas regularmente avaliações para determinar se o património artístico pode estar em imparidade. Caso seja aplicável, estas avaliações determinam o correspondente registo de imparidade na demonstração de resultados.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de *software*, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em média corresponde a um período de três anos. As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não existem contratos de locação financeira.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

e) Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

f) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração do rendimento integral e nas carteiras de ativos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2014.

Os proveitos e custos apurados nas diferenças de moeda são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

g) Comissões

Os serviços prestados pela Sociedade são remunerados sob a forma de comissões de gestão e de consultoria, registadas na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados (Nota 11).

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte da Sociedade qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

A Sociedade aufere uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:

(i) componente fixa, anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;

(ii) componente variável (performance) é, calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incidirá sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

h) Rubricas extrapatrimoniais

A atividade da Sociedade, gestão contratada de ativos, encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais. Estas rubricas referem-se, essencialmente, às carteiras de ativos geridas pela Sociedade. Estas carteiras, para além de disponibilidades, incluem unidades de participação em fundos de investimento, ações e obrigações. As ações e obrigações são valorizadas de acordo com as respetivas cotações de mercado, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nos preços disponibilizados pelas respetivas Sociedade Gestoras (Nota 21).

i) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

j) Gestão do Risco Financeiro

A atividade da Sociedade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza caraterística dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Sociedade, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

A Sociedade transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sociedade a flutuações cambiais.

A exposição da Sociedade ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de parte da faturação ser efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da faturação) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos em moeda estrangeira não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez na Sociedade implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Sociedade maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da Sociedade.

k) Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

l) Rédito e especialização de exercícios

Na sua atividade de gestão de patrimónios, a Sociedade reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar do seu cálculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado (respetivamente), sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 7).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração da Sociedade.

m) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Sociedade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade mas unicamente objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos pela Sociedade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da sociedade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("non adjusting events"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica diz respeito a depósitos à ordem junto de instituições de crédito nacionais, e tem a seguinte composição:

	2014	2013
Novo Banco, S.A.	106.624	231.834
Banco Comercial Português, S.A.	10.876	10.898
Caixa Geral de Depósitos	4.991	-
	122.491	242.732

3. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica era constituída por um depósito a prazo, no Novo Banco, S.A., no montante de 150.000 Euros. Este depósito a prazo rende juros a uma taxa fixa de 2,5% e tem o seu vencimento em março de 2015.

Em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica era constituída por um depósito a prazo, no Banco Espírito Santo, S.A., no montante de 162.705 Euros. Este depósito a prazo rende juros a uma taxa fixa de 1,9% e tem o seu vencimento em outubro de 2014.

A Sociedade prestou, em agosto de 2014, uma garantia bancária no valor de 1.150.100 Euros à Autoridade Tributária e Aduaneira. Este montante está relacionado com o processo de inspeção tributária aos Preços de transferência.

4. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica refere-se a obrigações que podem ser detalhadas como segue:

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2014	Valor de balanço 31.12.2014	Valor de balanço 31.12.2013	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro - OT 4,35% 2010/2017	5.000.000	0,01€	109,335%	54.668	49.828	49.375
				54.668	49.828	

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as Obrigações do Tesouro OT 4,35 10/2017 estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 21).

5. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento nos "Outros ativos tangíveis" e "Ativos intangíveis", bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2014				
	Ativo bruto				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	62.571	-	-	-	62.571
	62.571	-	-	-	62.571
Ativos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	347.990	-	-	-	347.990
Equipamento de transporte	24.600	20.000	(20.000)	-	24.600
Equipamento	234.008	24.311	-	-	258.319
Património artístico	215.175	-	-	-	215.175
	821.773	44.311	-	-	846.084
	884.344	44.311	-	-	908.655

	2014				
	Amortizações e perdas de imparidade				
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	62.571	-	-	-	62.571
	62.571	-	-	-	62.571
Ativos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	205.240	21.005	-	-	226.245
Equipamento de transporte	12.300	10.241	(4.091)	-	18.450
Equipamento	208.062	18.690	-	-	226.753
	425.602	49.936	-	-	471.447
	488.173	49.936	-	-	534.018

	2013				
	Ativo bruto				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	62.571	-	-	-	62.571
	62.571	-	-	-	62.571
Ativos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	346.572	1.418	-	-	347.990
Equipamento de transporte	24.600	-	-	-	24.600
Equipamento	223.353	10.655	-	-	234.008
Património artístico	215.175	-	-	-	215.175
	809.700	12.073	-	-	821.773
	872.271	12.073	-	-	884.344

	2013				
	Amortizações e perdas de imparidade				
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Activos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	62.571	-	-	-	62.571
	62.571	-	-	-	62.571
Ativos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	179.887	25.353	-	-	205.240
Equipamento de transporte	6.150	6.150	-	-	12.300
Equipamento	191.827	16.235	-	-	208.062
	377.864	47.739	-	-	425.602
	440.435	47.739	-	-	488.173

6. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos por impostos correntes são como se segue:

	2014	2013
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:		
Pagamento por conta/Pagamento especial por conta	9.615	88.980
	9.615	88.980

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os passivos por impostos correntes são como se segue:

	2014	2013
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:		
Estimativa de imposto a pagar do exercício	36.280	33.732
	36.280	33.732

Nos exercícios de 2014 e 2013, a Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente derrama sendo a taxa de imposto agregada de 24,5% e 26,5% respetivamente.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser demonstrada como segue:

	2014		2013	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultados antes de impostos		43.909		44.073
Imposto apurado com base na taxa nominal	24,50%	10.758	26,50%	11.679
Tributação autónoma		21.532		22.407
Outros		3.991		(354)
Imposto apurado com base na taxa efectiva	82,63%	36.280	76,54%	33.732
Do qual:				
- Imposto corrente		36.280		33.732

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de doze anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de dezembro de 2014 não existiam prejuízos fiscais reportáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outros ativos" pode ser detalhada como se segue:

	2014	2013
Devedores diversos:		
Clientes	1.037.610	780.074
Notas de créditos a clientes	-	(502)
	1.037.610	779.572
Proveitos a receber		
Comissões a receber	383.674	234.251
Obrigações do tesouro	453	453
Juros a receber	555	910
	384.682	235.614
Despesas com encargo diferido:		
Seguros	4.393	4.699
Rendas	26.806	15.862
Outros	10.893	258.243
	42.093	278.803
Outros activos - Sector Público Administrativo:		
Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar	241.533	359.139
Outros	2.178	-
	243.711	359.139
	1.708.095	1.653.128

O saldo da rubrica de "Clientes" em 31 de dezembro de 2014 refere-se, essencialmente, às comissões devidas pelos mesmos relativamente a prestações de serviços efetuadas durante o mês de dezembro, as quais foram recebidas durante os primeiros dias de 2015 (Nota 1.2.g).

O saldo da rubrica "Comissões a receber" em 31 de dezembro de 2014 refere-se, às comissões especializadas mas ainda não faturadas aos clientes.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outros passivos" pode ser detalhada como se segue:

	2014	2013
Fornecedores e outros credores		
Fornecedores	211.529	517.149
	211.529	517.149
Encargos a pagar		
Remunerações	131.769	83.769
Comissões	193.495	140.480
Encargos gerais administrativos	11.892	13.903
	337.156	238.152
Outras contas de regularização	-	441
Outras exigibilidades - sector público administrativo:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
Retenção na fonte	19.616	11.320
Contribuições para a Segurança Social	23.478	13.213
	43.094	24.532
	591.778	780.274

O saldo da rubrica "Fornecedores" tem maturidade até 3 meses.

8. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital da Sociedade era representado por 100.000 ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

9. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas, em exercícios anteriores, pelos acionistas da Sociedade, no montante de 125.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o capital próprio da Sociedade, após essa restituição, não ficar inferior ao somatório do capital social e reserva legal.

10. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outras reservas e resultados transitados" tem a seguinte composição:

	2014	2013
Reserva legal	176.407	175.373
Resultados transitados	982.112	972.805
	1.158.519	1.148.178

A legislação vigente para o setor bancário, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 31 de março de 2014 aprovou a transferência do resultado líquido do exercício de 2013 para "Outras reservas e resultados transitados" como segue:

Reserva legal	1.034
Resultados transitados	9.307
	10.341

O montante de 4.840 Euros registado como variação no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 na rubrica "Reservas de reavaliação de justo valor" diz respeito à valorização ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 4).

11. RENDIMENTOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Sendo o objecto social da Sociedade a administração de bens por conta de terceiros e a prestação de consultoria em matéria de investimento, estes proveitos, registados sob a forma de comissões, representam aproximadamente 96% e 97% respetivamente, do total de proveitos imputados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

As comissões cobradas incidem sobre uma base representativa da carteira de cada cliente valorizada de acordo com os princípios acordados entre as partes. Desta forma, para efeitos de cálculo da comissão de gestão, os ativos que compõem as carteiras dos clientes são valorizados de acordo com o Aviso nº 3/04 de 23 de junho, aplicável às sociedades gestoras de patrimónios (Notas 1.2 g) e h)).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Comissões de gestão fixas	1.772.034	2.177.764
Comissões de gestão variáveis	1.308.991	1.254.020
Comissões relativas a serviços de consultoria	915.535	334.696
	3.996.561	3.766.480

12. DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Os proveitos registados na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram prestados, maioritariamente, a clientes institucionais sedeados no mercado angolano (aproximadamente 66% e 85% das comissões totais, respetivamente).

13. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Comissões	2.153.946	2.453.506
Serviços Bancários	41.576	24.762
	2.195.522	2.478.268

14. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos de gestão (Nota 15)	156.372	163.656
Remunerações dos colaboradores	650.368	275.061
Encargos sociais obrigatórios	190.353	102.119
Outros custos com pessoal	1.948	360
	999.041	541.196

O número médio de colaboradores ao serviço da Sociedade encontrava-se repartido da seguinte forma:

	2014	2013
Com funções administrativas de enquadramento:		
Administradores - Executivos	3	2
Diretores	2	2
Pessoal técnico	14	9
Pessoal administrativo	2	2
	21	15

15. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E FISCAL ÚNICO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos aos membros do Conselho de Administração ascenderam a 156.372 Euros e 163.656 Euros, respetivamente (Nota 14).

As remunerações brutas liquidadas (exceto subsídio de refeição) aos membros do Conselho de Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser discriminadas como segue:

	2014			2013		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
João Carlos Correia	90.546	-	90.546	56.000	-	56.000
Sérgio Silva	61.288	-	61.288	52.000	-	52.000
António Nunes da Silva	4.538	-	4.538	-	-	-
Fernando Pereira	-	-	-	33.750	-	33.750
Alfredo Menezes	-	-	-	18.000	-	18.000
Helena Coelho	-	-	-	18.000	-	18.000
	156.372	-	156.372	177.750	-	177.750

O Fiscal Único da Sociedade é a Patrício, Moreira & Valente, SROC, Lda. e auferiu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, uma remuneração de 8.300 Euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

Em 31 de dezembro de 2014 e ao longo do exercício, não existiram adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

16. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2013
Serviços especializados	223.227	266.170
Rendas e alugueres (Nota 18)	262.566	197.844
Deslocações e estadas	134.260	121.209
Rendas de locação operacional	96.310	51.785
Comunicações	35.099	34.164
Publicidade	14.030	32.721
Outros	92.052	65.662
	857.543	769.555

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 358.875 Euros (249.629 Euros em 31 de dezembro de 2013) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional em que a Empresa age como locatário.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Empresa tinha celebrado, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	2014	2013
Vencíveis em		
N+1 renovável automaticamente	180.000	120.000
N+1	68.022	109.852
N+2	48.696	49.052
N+3	65.751	29.726
N+4	39.974	46.781
N+5	49.745	12.168
Após N+5	-	-
	452.187	367.580

17. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica pode ser desagregada como segue:

	2014	2013
Contribuições para o sistema de indemnizações	(1.250)	(2.500)
Outros custos	(23.465)	(4.038)
	(24.715)	(6.538)
Cedências de pessoal (Nota 18)	36.000	36.000
Outros ganhos e rendimentos	88.642	57.581
	124.642	93.581
Outros resultados de exploração	99.927	87.043

18. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as transações realizadas com outras empresas do Grupo Golden Actives, outras sociedades com acionistas comuns e com sociedades relacionadas foram como segue:

	31.12.2014									
	Solid Assets	Golden Broker	NN Consulting	GNI Events	Golden Corporate - Consultores, Lda	Monte Nogueiró	UPFINANCE	Rigorosa condição	Vintageburgo	Vasco Freitas
Rendas e alugueres (Nota 16)	(181000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	(6.000)	-	-	(9.000)	-	-	-	-	-
Comissões suportadas	-	(445.396)	(10.915)	-	-	-	(4.346)	(7.439)	(2.054.658)	(20.047)
Serviços especializados	-	-	-	-	(30.000)	-	-	-	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	-	36.000	-	-	-	-	-	-	-	-

	31.12.2013									
	Solid Assets	Golden Broker	NN Consulting	GNI Events	Golden Corporate - Consultores, Lda	Monte Nogueiró	UPFINANCE	GRUPS	Vintageburgo	Vasco Freitas
Rendas e alugueres (Nota 16)	(120.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	(6.000)	-	-	(37.500)	-	-	-	-	-
Comissões suportadas	-	(261544)	(15.328)	(60.300)	-	(13.000)	(7.853)	(1000)	(1911106)	(66.534)
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	-	36.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões recebidas	-	50.000	-	-	-	-	-	-	-	-

19. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2014	2013
Resultado para efeitos do cálculo do resultado por ação líquido e diluído	7.628	10.341
Número médio ponderado de ações para efeitos de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	100.000	100.000
Resultado por ação:		
Básico	0,08	0,10
Diluído	0,08	0,10

20. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de março de 2015. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

21. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Compromissos perante terceiros:		
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	43.165	52.330
Responsabilidades por prestação de serviços:		
Valores administrados pela instituição (Nota 1.2 h)	545.971.636	528.630.520